

## AS ESPECIALIDADES DO TRABALHO ESCRAVO: UMA ANÁLISE DAS PROFISSÕES DOS CATIVOS DE ITAPEMIRIM NO SÉCULO XIX

### THE SPECIALTIES OF SLAVE WORK: AN ANALYSIS OF ITAPEMIRIM CAPTIVE PROFESSIONS IN THE CENTURY XIX

LARYSSA DA SILVA MACHADO\*

LUCAS DA SILVA MACHADO\*\*1

**Resumo:** O presente artigo apresenta uma análise das especialidades apresentadas pelos cativos que residiam, ao longo do século XIX, em Itapemirim, cidade da região sul da província do Espírito Santo. Para isso, utilizaremos três conjuntos de documentos disponíveis que trazem a profissão de muitos escravizados da região: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim em 1833; inventários *post mortem* e testamentos; e registros de batismo da Paróquia Nossa Senhora do Amparo, na Vila de mesmo nome. A ideia deste trabalho é demonstrar que os cativos que residiam naquela localidade possuíam profissões especializadas, sendo responsáveis por atividades importantes e rentáveis na comunidade. Assim, percebe-se que, as relações que os escravizados desenvolviam na sociedade iam muito além do trabalho braçal não-especializado, uma vez que, ao contrário disso, esses agentes desenvolviam funções que possibilitavam o desenvolvimento de relações sociais e econômicas na sociedade.

**Palavras-chaves:** História de Itapemirim, trabalho escravo, escravidão.

**Abstract:** This article presents an analysis of the specialties presented by the captives residing in Itapemirim, southern region of the province of Espírito Santo, during the 19th century. For this, it uses three sets of documents available that bring the profession of many slaves in the region: Nominal List of Population of Itapemirim Village in 1833; *post mortem* inventories and

---

\* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: assyrall@gmail.com.

\*\* Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: lucas.ds.machad@gmail.com.

<sup>1</sup> Artigo recebido em 22 de setembro de 2019 e aprovado para publicação em 17 de janeiro de 2020.

testaments; and baptismal records of Our Lady of Amparo Parish, in the same village. The idea of this work is to demonstrate that the captives residing in this locality had specialized professions, being responsible for important and profitable activities in the community. Thus, it can be seen that the relations that the slaves developed in society went far beyond unskilled manual labor, on the contrary, they developed functions that enabled the development of social and economic relations in society.

**Keywords:** Itapemirim history, slave labor, slavery.

## Os cativos no Espírito Santo

A partir de 1800, ainda com dificuldade, iniciou-se um período de prosperidade. Nessa época, deu-se um primeiro e decisivo passo no sentido de definição de uma identidade territorial da província do Espírito Santo enquanto unidade administrativa e política distinta, dotada, inclusive, de um projeto de desenvolvimento próprio<sup>2</sup>. No entanto, as autoridades provinciais repercutiam em seus registros os duros anos de penúria da antiga capitania. Ignacio Accioli de Vasconcellos, primeiro presidente provincial, escreveu em *Memória Estatística da Província do Espírito Santo*, de 1828, sobre as condições miseráveis do território capixaba que, apesar das inúmeras possibilidades de exploração, mantinha grande parte das terras férteis desocupadas<sup>3</sup>.

Até meados do século XIX, a economia do Espírito Santo baseava-se na produção de alimentos que seriam exportados, em parte, para outras províncias, sendo que a cana-de-açúcar era o principal produto cultivado<sup>4</sup>. O plantio do cafeeiro, no início do século, ainda não se destacava na economia espírito-santense. Sobre a economia da província capixaba, José Teixeira de Oliveira classifica a transição da primeira para a segunda metade do século XIX como o “início de uma nova era”<sup>5</sup>. De acordo com o autor, “foi assim, enfrentando dificuldades de toda ordem – em sua grande maioria derivadas da deficiência de recursos – que o Espírito Santo alcançou o fim da primeira metade do século XIX”<sup>6</sup> Após a independência do Brasil,

---

<sup>2</sup> SANTOS, Estilague Ferreira dos. O Território do Espírito Santo no Fim da Era Colonial. In: BITTENCOURT, Gabriel (Org.). **Espírito Santo: um painel da nossa história**. Vitória: Secult, 2002, p. 153.

<sup>3</sup> CARVALHO, Enaile Flauzina. **Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008, p. 56.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 59-60.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **Historia do Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008, p. 354.

<sup>6</sup> *Idem*.

houve melhorias estruturais no território provincial, porém, foram as lavouras de café as responsáveis pela transformação desse quadro de dificuldades.

Introduzido em meados de 1815<sup>7</sup>, o cafeeiro tornou-se a cultura dominante no Espírito Santo por volta de 1840 e substituiu, gradualmente, o cultivo de cana-de-açúcar. Entre 1856 e 1872, houve grande expansão da cafeicultura na região sul dessa província, especificamente nos Vales dos Rios Itapemirim e Itabapoana. Outras regiões capixabas, como a de São Mateus e a de Vitória, investiram no cultivo do cafeeiro sem o mesmo sucesso. São Mateus, inclusive, retornou ao cultivo da mandioca. No entanto, o cultivo do cafeeiro não fez com que o açúcar deixasse de ser produzido. No litoral sul, às margens do Rio Itapemirim, as tradicionais fazendas açucareiras da região continuaram a produzir e a exportar grande quantidade do produto, embora o café assumisse a liderança das exportações capixabas<sup>8</sup>.

A produção existente na região do Itapemirim era escoada graças à atividade portuária que se instalou na região desde o início de sua habitação. Auguste de Saint-Hilaire, ao visitar a recém-criada Vila de Itapemirim, no ano de 1816, narra a existência de portos em fazendas produtoras de açúcar e de outros gêneros, como arroz, feijão e algodão. Assim, por vias fluviais, essas fazendas tinham sua produção direcionada para Campos e Rio de Janeiro. A pujante entrada do café na balança econômica faz com que o porto de Itapemirim se tornasse o maior exportador de toda a província do Espírito Santo, tornando a Vila de Itapemirim a maior arrecadadora capixaba<sup>9</sup>.

A mão de obra utilizada na economia capixaba era a cativa. A escravidão era comum a todas as regiões da província. Importante destacar que a população capixaba como um todo, durante o século XIX, era bastante reduzida, equivalente a pouco menos de um por cento dos habitantes do Brasil<sup>10</sup>. Ainda assim, o número de moradores no Espírito Santo aumentou consideravelmente, principalmente, após 1856, período da expansão cafeeira. Além do aumento da população livre, o número de cativos também se elevou e, desta forma, a proporção livre-escravo se manteve numa média de 31,5%.

---

<sup>7</sup> ROCHA, Haroldo Correa; COSSETTI, Maria da Penha. **Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo** (1850/1930). Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983, p. 15-18.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>9</sup> QUINTÃO, Leandro do Carmo. **A Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e a Interiorização da Capital**. Vitória: Secult, 2010, p. 88.

<sup>10</sup> CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão, reprodução endógena e criouliização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96.

TABELA 1: População Livre e Escrava do Espírito Santo (1790-1875)

Ano	Livres		Cativos		Total
	Nº	%	Nº	%	
1790	10.749	47,7	6.834	30,3	22.493
1813	-----	-----	-----	-----	18.807
1814	-----	-----	-----	-----	23.338
1818	-----	-----	-----	-----	24.585
1824	22.165	62,7	13.188	37,3	35.353
1827	22.931	63,9	12.948	36,1	35.879
1833	-----	-----	-----	-----	27.916
1839	16.817	64,5	9.233	35,5	26.080
1843	21.122	64,5	10.376	35,5	32.720
1856	36.793	75,3	12.100	24,7	48.893
1861	42.217	69,5	18.485	30,5	60.702
1870	51.825	73,4	18.772	26,6	70.597
1872	59.478	72,4	22.659	27,6	82.137
1875	-----	-----	20.037	-----	-----

Fonte: 1790, 1824, 1856 e 1872: CAMPOS, Adriana Pereira. *Escravidão, reprodução endógena e crioulização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos*. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, 2011, p. 85; 1813, 1814, 1818: VASCONCELLOS, José Marcellino Pereira. **Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo**. Vitória: Typographia de P. A. D'Azeredo, 1858; 1858; 1824 e 1827: VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. **Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978; 1827, 1833 e 1839: Fala que o Presidente da Província do Espírito Santo João Lopes da Silva Coito dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1 de abril de 1839, p. 18; 1839: LAGO, Rafaela Domingos. **Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013, p. 39; 1843: Fala com que o Exmo. Vice-presidente da Província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abril a Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844, p. 16; 1856: Relatório que o Exmo. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1857, p. A-5, A-6, A-7; Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros passou a administração da província, ao Exmo. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente no dia 13 de fevereiro de 1857, p. 9 e 10; 1861: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior, p. 62-63; 1870: Relatório lido no paço d'Assembleia Legislativa da Província do Espírito-Santo pelo presidente, o Exmo. Sr. Doutor Francisco Ferreira Correa na sessão ordinária no ano de 1871, p. 137-140. 1875: Relatórios e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império em 31 de dezembro de 1876.

De 1872 a 1875, a população cativa sofreu queda de 2.622 pessoas, cerca de 12%. Essa diminuição pode refletir as leis abolicionistas, principalmente a Lei do Ventre Livre<sup>11</sup>, de 28 de setembro de 1871, que tornava livres os filhos das escravas nascidos após aquela data. Também

<sup>11</sup> LEI do Ventre Livre. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm). Acesso em: 03 dez. 2017.

não se pode esquecer a formação de pecúlio por parte dos cativos para aquisição de sua liberdade ou a de algum ente querido. O relatório nacional de 1876<sup>12</sup> justifica a redução populacional no Espírito Santo: faleceram 1.242 cativos, outros 551 se libertaram e 940 saíram do Espírito Santo<sup>13</sup>, reflexo do comércio interno de almas. Além disso, havia 2.726 filhos livres de mulheres cativas, dado que demonstra um tipo de “escravidão disfarçada” proposta pela Lei do Ventre Livre. Ainda assim, pode-se considerar expressiva a população escravizada capixaba, sendo que os cativos se encontravam na base produtiva da província.

Pesquisas sobre escravidão no Espírito Santo demonstram que, apesar da província capixaba ser pequena e com pouca expressividade em relação às outras províncias do país, havia uma diferença gritante entre os perfis das escravarias da região central (Vitória) para a região sul (Itapemirim). Tanto na economia quanto na composição da mão de obra cativa, as duas regiões distinguiam-se. Desta forma, Rafaela Lago ressalta as diferenças existentes entre as escravarias de ambas as regiões, pois em cada uma delas predominava o elemento africano ou o crioulo<sup>14</sup>. Embora desiguais nesse aspecto, as regiões possuíam em comum a existência de famílias cativas com inúmeras crianças, proporcionando o crescimento natural das escravarias.

As pesquisas de Adriana Campos, Patrícia Merlo, Geisa Ribeiro e Rafaela Lago<sup>15</sup> trouxeram novo olhar sobre as escravarias do Espírito Santo, uma vez que essas investigações encontraram o curioso fenômeno de reprodução endógena entre os cativos na região central da província. Utilizando fontes como inventários *post-mortem*, registros eclesiásticos de batismos,

<sup>12</sup> RELATÓRIOS e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império em 31 de dezembro de 1876, p. 99; p. 125.

<sup>13</sup> O relatório não apresenta explicação para o fato.

<sup>14</sup> LAGO, Rafaela Domingos. **Sob os olhos de Deus e dos homens**: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013, p. 34.

<sup>15</sup> MERLO, Patrícia Maria Silva. **O Nó e o Ninho**: estudo sobre a família escrava em Vitória (Espírito Santo, 1800-1871). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008; RIBEIRO, Geisa Lourenço. **Enlaces e Desenlaces**: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012; LAGO, Rafaela Domingos. **Sob os olhos de Deus e dos homens**: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013; CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão, reprodução endógena e criouliização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96; CAMPOS, Adriana Pereira; MERLO, Patrícia Maria Silva. Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 2005, p. 327-361; CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão e Crioulização: a Capitania do Espírito Santo (1790-1815). In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana (Org.). **Nas Rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p.571-607.

casamentos e óbitos e relatórios de autoridades provinciais, descobriu-se uma série de dados, até então, desconhecidos. A reprodução endógena nas escravarias de Vitória, a presença de africanos nas escravarias do sul, especificamente em Cachoeiro, as relações de bastardia na sociedade capixaba, a dinâmica econômica no Espírito Santo nos períodos colonial e provincial são exemplos de resultados desses novos estudos.

Os estudos citados revelam que nas escravarias de Vitória a crioulização e a reprodução endógena no Oitocentos capixaba eram características marcantes na sociedade da Região Central, cuja economia se voltava para o abastecimento do mercado interno, com a exportação de alimentos para a Corte e para a província da Bahia. As escravarias de Vitória contavam com a reprodução natural dos escravos, o que proporcionava a alta concentração de crioulos, a elevada taxa de crianças e a construção frequente de laços familiares. Assim, a reposição das escravarias era pouco influenciada pelo tráfico internacional, o que dava à reprodução endógena um lugar indispensável em relação à manutenção da escravidão<sup>16</sup>.

Ao se comparar as escravarias de Vitória com as de Cachoeiro, descobriu-se que havia diferenças. Inventários *post-mortem* datados entre 1790 e 1871 e registros de batismos de escravos entre 1831 e 1888, em ambas as regiões, demonstram cabalmente a reprodução endógena das escravarias. Há, porém, maior presença de escravos africanos nas escravarias do sul da província. Deve-se considerar, porém, qual tráfico influenciou a chegada desses africanos, sobretudo, porque a colonização mais importante da região ocorreu na segunda metade do Oitocentos<sup>17</sup>.

Além das regiões de Cachoeiro e Vitória, a Vila de Itapemirim também possuía uma população cativa que apresentava aspectos peculiares diante do restante da província. Como demonstrado, Vitória adquiria cativos por meio da reprodução endógena, enquanto, em Itapemirim, a quantidade de africanos escravizados vindos do comércio de almas era muito grande. Conforme estudos desenvolvidos por Walter Pereira, o litoral de Itapemirim era ponto de desembarque de cativos, persistindo essa atividade após 1850<sup>18</sup>. O autor caracteriza o norte do Rio de Janeiro, o sul do Espírito Santo e a Zona da Mata mineira como a “Tríplice Fronteira”

---

<sup>16</sup> MERLO, Patrícia Maria Silva. *Op. cit.*; CAMPOS, Adriana Pereira. *Op. cit.*

<sup>17</sup> RIBEIRO, Geisa Lourenço. *Op. cit.*; LAGO, Rafaela Domingos. *Op. cit.*

<sup>18</sup> PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). **XI Congresso Brasileiro de História Econômica**, Vitória, 14 a 16 de setembro de 2015, P. 5-6. Disponível em: [http://www.abphe.org.br/arquivos/2015\\_walter\\_luiz\\_carneiro\\_mattos\\_pereira\\_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850\\_1860.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850_1860.pdf). Acesso em: 09 dez. 2017.



do tráfico de escravos após a Lei Eusébio de Queirós. Mas, antes disso, muitos escravizados chegaram ao Brasil pelas praias itapemirinsenses, onde serviam de mão de obra para as lavouras de cana-de-açúcar, conforme será demonstrado a seguir.

### Sobre a formação de Itapemirim

As terras do Vale do Rio Itapemirim estavam entre as primeiras sesmarias doadas por Vasco Fernandes Coutinho a Pedro da Silveira, em 1539, segundo relatos do historiador do século XIX, Basílio Daemon, “neste ano estabeleceu-se Pedro da Silveira nas terras que lhe foram doadas, que julgamos ter sido no município de Itapemirim, no lugar denominado Caxangá, e onde por muito tempo se viam ruínas de antiga povoação”<sup>19</sup>. Nesse sentido, Antônio Marins destaca que os primeiros povoados da região datam do século XVI, no período em que estava no trono o rei português D. Pedro II<sup>20</sup>. Não obstante, o Rio Itapemirim, que banha a região, aparece em alguns mapas portugueses do século XVII com o nome de *Tapemirim*<sup>21</sup>.

Aparentemente, a povoação não foi bem-sucedida, pois registros relacionados à ocupação da região do Rio Itapemirim só reapareceram no início do século XVIII. Em 1674, o herdeiro da Capitania Capixaba, Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, vendeu ao coronel baiano Francisco Gil de Araújo a capitania, que, por sua vez, iniciou a busca por ouro, colonizando, assim, a região que envolve a atual Vila Velha até a localidade de Benevente (atual Anchieta). De acordo com Luciano Moreno,

Seus sucessores mantiveram essa iniciativa e o desbravamento continuou em direção ao sul, até chegarem às margens Rio Itapemirim em princípios do século XVIII – 1701 ou 1710, onde se fixaram. Foram eles Domingos de Freitas Bueno Caxangá [...] e outros agregados que resolveram tentar a sorte nestas terras. Construíram aqui uma fazenda de açúcar batizada de Caxangá. Sendo plana a maior parte do terreno e ainda por cima coberto por mata, o que dificultava a defesa contra

<sup>19</sup> DAEMON, Basílio C. **Província do Espírito Santo**: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010, p. 114.

<sup>20</sup> MARINS, Antônio. Itapemirim. In: MARINS, Antônio. **Minha Terra e Meu Município**. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920, p.199-231.

<sup>21</sup> O Rio Itapemirim aparece nos seguintes mapas: *Mappa da Terra de Santa Cruz, a que vulgarmente chamam o Brasil*, que acompanha a *Rasão do Estado do Brasil* escrito em 1612 e que indica esse rio sob o nome de *Tapemery*; o *Mappa de todo o Estado do Brasil*, organizado em Lisboa no ano de 1627 por João Teixeira, “Moço da Camara de Sua Magestade e seu Cosmographo”, indica o Rio com o nome de *Itape-mery*; o *Mappa do Brasil*, que acompanha a *Istoria delle guerre del regno del Brazile*, por Giovani Giuseppe di Santa Teresa, publicada em 1698, dá ao Rio o nome de Tapemirini.

eventuais ataques dos índios, a sede da fazenda foi estrategicamente localizada no alto de um morro na margem sul do rio, denominado mais tarde de Fazendinha<sup>22</sup>.

Na região compreendia de um lado ao outro da foz do rio existia uma vasta aldeia que passou a fazer parte de uma fazenda de açúcar, pertencente à família Caxangá. Nesse sentido, o início da povoação de Itapemirim ocorreu no período em que a Capitania do Espírito Santo havia sido vendida ao baiano Gil de Araújo<sup>23</sup>. A colonização efetiva dessa região, porém, aconteceu apenas em 1771, com a chegada dos refugiados das Minas de Castelo<sup>24</sup>, que buscaram refúgio às margens do Itapemirim após um ataque indígena que os obrigou a abandonarem suas casas em Minas de Castelo. Durante o conflito, enquanto os homens lutavam contra os índios, as mulheres e as crianças foram retiradas com relativa segurança. Os “atacantes em renhida resistência, destruindo – ao partirem – casas, canais e pontes, outrora construídos com enorme sacrifício. Vieram, os sobreviventes, instalar-se na barra do Rio Itapemirim”<sup>25</sup>.

Segundo Gabriel Bittencourt, no início do século XVIII, as terras que antes pertenciam a Inácio Pedro Cacunda, bandeirante e descobridor das Minas de Castelo, foram compradas pelo capitão Tavares Brum, futuro sogro de Joaquim Marcelino da Silva Lima, o barão de Itapemirim<sup>26</sup>. Este se casou com a filha do capitão Brum em segundas núpcias, herdou as terras do sogro e, conseqüentemente, tornou-se um dos grandes proprietários de terra da região. O capitão Brum, além de adquirir as terras por escritura pública, obteve-as do governo português por sesmarias<sup>27</sup>. “Antes de 1800, o Itapemirim era uma grande fazenda que se estendia por toda barra do Itapemirim, de um e outro lado do rio”<sup>28</sup>. Ainda sobre os fundadores da região, Marins afirma que

O Itapemirim era uma grande fazenda que pertenceu primeiro ao Sargento Mor Ignácio Pedro Cacunda, que a vendeu ao Capitão Balthazar Caetano Carneiro e este ao Capitão José Tavares de Brum (sogro do Sargento Mor Joaquim Marcelino da Silva Lima mais tarde Barão de Itapemirim). A sede da Fazenda, que era de assucar, ficava no morro contíguo á atual villa, no lugar conhecido por “Fazendinha”. Ahi existio a Capella que foi a primeira da povoação<sup>29</sup>.

<sup>22</sup> MORENO, Luciano. **Itapemirim**: como tudo começou. Serra: Formar, 2016, p. 19.

<sup>23</sup> MARINS, Antônio. *Op. cit.*, p. 199-200.

<sup>24</sup> Região no interior do Espírito Santo onde se encontrou ouro.

<sup>25</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. *Op. cit.*, p. 222.

<sup>26</sup> BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo**: do engenho colonial ao contexto fabril – portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006, p. 78.

<sup>27</sup> MARINS, Antônio. *Op. cit.*, p. 210-211.

<sup>28</sup> BITTENCOURT, Gabriel. *Op. cit.*, p. 78.

<sup>29</sup> MARINS, Antônio. *Op. cit.*, p. 209.



A partir de então, a região se desenvolveu por meio das lavouras de açúcar, inicialmente, e, depois, de café. Em 1808, de acordo com os relatos da passagem do desembargador Luís Tomás de Navarro pelo local, nas margens do Rio Itapemirim havia seis ou sete engenhos grandes de fabricar açúcar. Já, em 1828, eram seis sesmarias com cultivos agrícolas, mas apenas três eram confirmadas, além de tavernas, duas lojas de fazendas secas e três de lojas de molhados<sup>30</sup>.

A povoação da região foi realizada pelos próprios capixabas, mas contou com a ajuda de mineiros e paulistas que imigraram para o Espírito Santo na primeira metade do século XIX em busca de melhores condições de vida<sup>31</sup>. “Não consta que os colonos tenham, em tempo algum, experimentado a ferocidade dos indígenas”<sup>32</sup>. Mas, muitas famílias vieram para a região em busca de terras férteis e trouxeram escravos e maquinários. Dentre aqueles que migraram para Itapemirim com suas famílias e posses, pode-se destacar o capitão José Tavares de Brum, Joaquim Marcelino da Silva Lima, o comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, além das famílias Quintaes, Bello, Pessanha, Moreira, Pinheiro e Póvoa<sup>33</sup>.

As imigrações mineira, fluminense e paulista trouxeram consigo o cultivo do cafeeiro, sendo o café o principal produto exportado no Brasil, no século XIX. Além disso, houve um nítido crescimento populacional na região, onde se criaram as condições favoráveis para a emancipação administrativa. Por meio do Alvará nº. 55, de 27 de junho de 1815, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. O ato foi posto em prática em 9 de agosto de 1816 com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho. Segundo Moreno,

Tomaram posse os Juizes Ordinários José da Costa Guimarães, como presidente e o Tenente Luiz José Moreira [...]. Assumiram também os vereadores Manoel Joaquim de Oliveira e Costa, José Antônio Pessanha, João Guimarães Vianna e José da Silva Quintaes, este Procurador da Casa<sup>34</sup>

Itapemirim, como todas as regiões colonizadas na Capitania do Espírito Santo, recebeu, desde o princípio da exploração de suas terras, lavouras de cana-de-açúcar. A

---

<sup>30</sup> VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. **Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978, p. 36.

<sup>31</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. *Op. cit.*, 308.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 355.

<sup>33</sup> MORENO, Luciano. *Op. cit.*, p. 32.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 33.

Fazendinha, primeira fazenda da região, era cercada por canaviais ampliados após a efetiva colonização no final do século XVIII<sup>35</sup>. Na primeira metade do Oitocentos, o açúcar ainda era o principal produto e Itapemirim se destacava por suas prósperas lavouras e seus engenhos movidos a vapor. Além dos dois cultivos, cafeeiro e cana, havia o plantio do algodão e do fumo, além de serralherias que exportavam madeira.

O porto de Itapemirim era o mais próximo da capital imperial e, por conta disso, exportava as mercadorias direto para a Corte. Em relatório realizado em 1849, o Dr. Antônio Pereira Pinto<sup>36</sup> exaltou os lavradores de Itapemirim que comercializavam direto com o Rio de Janeiro. Segundo ele, o comércio favorecia as lavouras, pois facilitava a circulação de produtos: “No município de Itapemirim, porém, já não se dão estes inconvenientes, quer o café, quer o assucar são directamente exportados para o Rio, pelos productores, e por isso n'essa parte da província se encontram já magníficas fazendas [sic.]”<sup>37</sup>. Para Pereira Pinto, tão importante quanto produzir era exportar.

Essa proximidade com o Rio de Janeiro, porém, não era lucrativa para o Espírito Santo, ao contrário do que dizia o presidente provincial Pereira Pinto. O lucro com a produção não permanecia em terras capixabas, mas sim com os comerciantes cariocas<sup>38</sup>. No entanto, para a Vila do Itapemirim, o comércio com a Corte a transformara em um importante entreposto de produtos agrícolas<sup>39</sup>.

### Sobre a população cativa de Itapemirim ao longo do século XIX

A efetiva colonização das terras do Vale do Itapemirim, ocorrida nas décadas finais do século XVIII, e a migração dos fazendeiros com suas posses fizeram com que a região fosse povoada não apenas por suas famílias, mas também pelos cativos que migraram junto com seus

---

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 20-22.

<sup>36</sup> APEES. Vitória. **Relatório** com que o Exm. Sr. D. Antônio Pereira Pinto entregou a presidência da Província do Espírito Santo ao Exm. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da mesma. Vitória: TYP Capitaniense de P A de Azevedo, 1849, p. 10. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relatorios/ANTONIO%20PEREIRA%20PINTO%20%E2%80%93%20Presidente%20da%20Prov%C3%ADncia.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>38</sup> ROCHA, Haroldo Correa; COSSETTI, Maria da Penha. *Op. cit.*, p. 31.

<sup>39</sup> MORENO, Luciano. *Op. cit.*, p. 86.

proprietários. Segundo Vilma Almada, “no Espírito Santo foi a região de Itapemirim [sul] aquela que majoritariamente desenvolveu uma economia do tipo ‘plantation’ escravista.”<sup>40</sup>.

Os dados populacionais de Itapemirim referentes ao século XIX revelam que o quantitativo de escravizados sempre foi elevado. Ao se comparar com a população capixaba no mesmo período, percebe-se que a população cativa itapemirina estava muito acima da média de escravos espírito-santenses. A tabela a seguir apresenta os dados populacionais de Itapemirim ao longo do século XIX e os compara com dados do Espírito Santo.

TABELA 2: População de Itapemirim e do Espírito Santo (1817-1872)

Ano	ESPÍRITO SANTO					ITAPEMIRIM					
	Livres	%	Escravos	%	Total	Livres	%	Escravos	%	% em relação aos escravos da Província	Total
1817	-	-	-	-	24.585	-	-	-	-	-	2.025
1818	-	-	-	-	25.960	-	-	-	-	-	2.025
1824	22.165	63	13.188	37	35.353	1.184	51	1.148	49	8,7	2.332
1827	22.931	64	12.948	36	35.879	797	44	1.038	56	8	1.835
1833	-	-	-	-	27.916	1.360	46	1.596	54	-	2.937
1839	16.847	65	9.233	35	26.080	852	34	1.635	66	17,7	2.487
1843	21.122	65	10.376	35	32.720	1.825	45	2.109	55	20,3	3.984
1856	36.793	75	12.100	25	48.893	2.508	57	1.885	43	15,5	4.393
1857	36.823	75	12.269	25	49.092	-	-	-	-	-	4.393
1861	42.217	70	18.485	30	60.702	4.493	51	4.315	49	23,3	8.843
1870	51.825	73	18.772	27	70.597	4.680	70	2.013	30	10,7	6.693
1872	59.478	72	22.659	28	82.137	6.808	68	2.873	32	12,7	9.881

Fonte: 1817 e 1818: VASCONCELLOS, José Marcellino Pereira. **Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo**. Vitória: Typographia de P. A. D’Azeredo, 1858; 1824 e 1827: VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. **Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978; 1827, 1833 e 1839: Fala que o Presidente da Província do Espírito Santo João Lopes da Silva Coito dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1 de abril de 1839, p. 18; 1833: APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54; 1839: LAGO, Rafaela Domingos. **Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013, p. 39; 1843: Fala com que o Exmo. Vice-presidente da Província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844, p. 16; 1856: Relatório que o Exmo. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1857, p. A-5, A-6, A-7; Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros passou a administração da província, ao Exmo. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente no dia 13 de fevereiro de 1857, p. 9 e 10; 1861: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior, p. 62-63; 1870: Relatório lido no paço d’Assembleia Legislativa da Província do Espírito-Santo pelo presidente, o Exmo. Sr. Doutor Francisco Ferreira Correa na sessão ordinária no ano de 1871, p. 137-140. 1872: Censo de 1872.

<sup>40</sup> ALMADA, Vilma P. F. **Escravidão e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 88.

Portanto, a tabela acima demonstra que, nos anos analisados, a população cativa de Itapemirim era bastante elevada, com valores bem superiores às médias capixabas. Na primeira metade do século XIX, quando a proibição do tráfico ainda não vigorava, a população cativa capixaba apresentou valores mais expressivos, porém, abaixo dos percentuais de Itapemirim. No ano de 1824, enquanto a população capixaba era composta por 37% de cativos, maior percentual encontrado na tabela, Itapemirim possuía 49% de escravizados. Já, no ano de 1839, a população do Espírito Santo era formada por 35% de escravos e Itapemirim, por sua vez, tinha uma população composta de 66% de cativos.

Nas primeiras décadas do século XIX, Itapemirim possuía uma população escravizada maior que a livre: 56% da população era formada por escravos, em 1827; 54%, em 1833, e 55%, em 1843. Nos anos seguintes à promulgação da Lei Eusébio de Queirós, os valores proporcionais de Itapemirim continuavam elevados: 43%, em 1856, e 49%, em 1861. O mesmo ocorre nos anos finais da escravidão. Em 1870 e 1872, enquanto o Espírito Santo possuía, respectivamente, 27% e 28% de escravizados em sua população, em Itapemirim havia 30% e 32% de escravizados.

Muitos desses cativos adentraram o Vale do Itapemirim junto com seus senhores durante o período de colonização da região. Outros, porém, chegaram a Itapemirim através do tráfico internacional de escravos. No entanto, correspondências existentes no Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo relatam a problemática da permanência do tráfico de cativos em Itapemirim após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós.

Segundo Walter Pereira, a região que compreendia o norte da província do Rio de Janeiro e o sul da província do Espírito Santo continuou a receber o desembarque de africanos após 1850<sup>41</sup>. Marcus Carvalho, ao estudar o tráfico de escravos em Pernambuco, constatou que, após a primeira proibição do tráfico, em 1831, as embarcações deixaram de aportar em grandes centros e passaram a operar em pequenas cidades brasileiras<sup>42</sup>. O volume de correspondências

---

<sup>41</sup> PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. **VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Florianópolis, 15-18 de maio de 2013, p. 2. Disponível em:

<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/walterpereira.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

<sup>42</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. A rápida viagem dos “Berçários Infernais” e os desembarques nos engenhos do litoral de Pernambuco depois de 1831. In: OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 126.

e a presença de africanos entre a população escrava itapemirinese apontam para essa situação. De acordo com Leonor Santana, os desembarques aconteceram até o fim da década de 1860<sup>43</sup>. “A 7 de abril de 1856, o Chefe de Polícia da Corte relatava as feitorias de escravos, na África, e apontava, como principal porto de desembarque no Brasil, o porto de Itapemirim.”<sup>44</sup>.

Tanto os relatórios dos presidentes da província capixaba quanto os ofícios do chefe de polícia e as cartas enviadas a Corte apontam para esse problema. Ao longo de toda a década de 1850, várias embarcações foram apreendidas na região. Em 29 de outubro de 1851, foi apreendido um navio com africanos “boçaes”<sup>45</sup>. No mesmo ano, um ofício foi enviado a Corte com informações sobre o desembarque de 170 africanos, que foram conduzidos ao interior de Itapemirim<sup>46</sup>. Outro documento se refere a uma correspondência trocada entre o traficante Joaquim Ferreira de Oliveira e seu sócio Joaquim da Fonseca Guimarães, na qual aquele relata que estava pronto para receber os africanos de Angola<sup>47</sup>.

Outro nome relacionado ao tráfico que aparece nos documentos é o de José Bernardino de Sá, que consta em uma lista feita pela polícia em que se apontaram os nomes de 292 traficantes de escravos que operavam na atividade entre os anos de 1811 e 1831<sup>48</sup>. Duas correspondências relatavam o envolvimento de Sá no desembarque de africanos na região<sup>49</sup>. Outra delação que envolvia o nome de José Bernardino dizia respeito a um possível desembarque de africanos no ano de 1852<sup>50</sup>.

Ainda em 1851, no dia 29 de novembro, outro ofício enviado pelo chefe de polícia da Corte ao presidente Azambuja comunicava que forças policiais do Império foram enviadas à Vila de Itapemirim, pois ocorrera na localidade o

---

<sup>43</sup> SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. **Dimensões**: Revista de História da UFES, Vitória, UFES, CCHN, v. 11, jul-dez, 2000, pp. 301-306, p. 304.

<sup>44</sup> NOVAES, Maria Stella de. **A escravidão e a abolição no Espírito Santo**: história e folclore. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 1963, p. 91 *apud* SANTANA, Leonor de Araújo. *Op. cit.*, p. 304.

<sup>45</sup> APEES. Ofício do Chefe de Polícia dirigido ao Ministério de Justiça. 1851. Série Accioli, livro 66.

<sup>46</sup> APEES. Ofício enviado aos delegados de Itapemirim e Guarapari e subdelegados de Benevente. 1851. Série Accioli, livro 66.

<sup>47</sup> APEES. Carta de Denúncia dirigida ao Chefe de Polícia e mandado de prisão contra Joaquim Ferreira de Oliveira, 1851. Série Accioli, livro 66.

<sup>48</sup> PARRON, Tâmis Peixoto. **A Política da Escravidão no Império do Brasil (1831-1865)**. 2009. Dissertação – Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009, p. 134.

<sup>49</sup> APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66.

<sup>50</sup> APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66.

desembarque em Itapemirim de 270 Africanos na Fazenda do Coronel João Gomes, cunhado, que se diz do Barão de Itapemirim. A mesma denúncia teve o delegado da dita Vila, assim como ordem para varejar a mesma Fazenda e prender os criminosos e capturar os escravos; indigitando-se como Agente do contrabando a Joaquim da Fonseca Guimarães, que se diz fora para este fim a referida Vila<sup>51</sup>.

Muitas denúncias envolviam o nome do Barão de Itapemirim, que é apontado como um dos principais traficantes de escravos do Sudeste<sup>52</sup>. Em 6 de abril de 1851, outra denúncia foi enviada a Corte sobre o desembarque de “cento e tantos” africanos que seriam destinados a fazenda do Barão<sup>53</sup>. Outros fazendeiros de renome na política provincial também tiveram seus nomes citados em denúncias relacionadas ao tráfico. O coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt e seu cunhado, o major Caetano Dias da Silva, ambos desafetos do Barão de Itapemirim, eram outros nomes envolvidos.

Dias da Silva foi chamado em uma coluna do jornal Correio de Vitória, em 1852, de “tigre sanhudo atrás da presa”, devido a sua relação com o tráfico ilegal de africanos<sup>54</sup>. Quanto ao seu cunhado, o coronel Gomes Bittencourt, denúncias com seu nome também ocorreram após 1850. Em 3 de novembro de 1852, o presidente Azambuja alertou o delegado de polícia de Itapemirim “sobre um projeto para desembarque de africanos livres atribuídos aos Gomes Bittencourt”<sup>55</sup>. Em outro ofício, de 10 de setembro de 1852, o delegado de polícia de Itapemirim realizou denúncias ao presidente da província contra Gomes Bittencourt e o Barão, pois, de acordo com o delator, ambos protegiam o tráfico de escravos em Itapemirim<sup>56</sup>.

O fato de grandes fazendeiros itapemirinos estarem envolvidos em denúncias sobre o desembarque de africanos escravizados na região não os impediu de realizar denúncias sobre o assunto. O Barão de Itapemirim, que aparece como um dos maiores traficantes de cativos, no período em que foi presidente da província capixaba, denunciou por inúmeras vezes a desproteção do litoral capixaba referente aos navios envolvidos no tráfico de almas. Em

<sup>51</sup> APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66.

<sup>52</sup> SANTANA, Leonor de Araújo. *Op. cit.*, p. 304.

<sup>53</sup> PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. *Op. cit.*, p. 6.

<sup>54</sup> PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). **XI Congresso Brasileiro de História Econômica**, Vitória, 14 a 16 de setembro de 2015, p. 15. Disponível em [http://www.abphe.org.br/arquivos/2015\\_walter\\_luiz\\_carneiro\\_mattos\\_pereira\\_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850\\_1860.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850_1860.pdf). Acesso em 09 de dezembro de 2017.

<sup>55</sup> APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66.

<sup>56</sup> APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66.



relatórios, o Barão enfatiza a extensão das praias capixabas e a falta de vigilância das autoridades<sup>57</sup>.

Enquanto as denúncias relatavam que Itapemirim estava na rota do tráfico de almas, os dados demográficos demonstram a presença de africanos entre a população cativa da região. No ano de 1839, o presidente provincial João Lopes da Silva Coito produziu um mapa populacional sobre a população cativa do Espírito Santo. Esse mapa contém os números relativos à população cativa nas cidades e vilas provinciais, sendo especificado o número de pardos cativos, além de escravos brasileiros e africanos.

A província apresentava, então, 1.518 pardos cativos (16,5%), 4.881 escravos naturais do Brasil (52,8%) e 2.834 escravos naturais da África (30,7%), num total de 9.233 cativos<sup>58</sup>. Se subtraído esse contingente do total de habitantes, tem-se o total de 16.847 habitantes livres na província. Assim, em 1839, a população livre capixaba correspondia a 64,6% do total do contingente populacional, enquanto os cativos representavam 35,4%. A tabela a seguir apresenta o número de cativos presente nas cidades e vilas do Espírito Santo.

TABELA 3: Naturalidade da População Escrava do Espírito Santo em 1839

Cidades / Vilas	Pardos Cativos		Cativos Naturais do Brasil		Cativos Naturais da África		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Vitória	724	7,8	2.061	22,3	485	5,3	3270	35,4
Itapemirim	42	0,5	567	6,1	1.026	11,1	1635	17,7
Benevente	21	0,2	263	2,9	202	2,2	486	5,3
Guarapari	133	1,5	233	2,5	96	1,0	462	5,0
Espírito Santo	124	1,3	136	1,5	19	0,2	279	3,0
Serra	319	3,5	494	5,3	313	3,4	1126	12,2
Nova Almeida	71	0,8	159	1,7	58	0,6	288	3,1
Linhares	9	0,1	11	0,1	10	0,1	30	0,3
Barra de São Mateus	-	-	146	1,6	121	1,3	267	2,9
São Mateus	75	0,8	811	8,8	504	5,5	1390	15,1
<b>Total</b>	<b>1.518</b>	<b>16,5</b>	<b>4.881</b>	<b>52,8</b>	<b>2.834</b>	<b>30,7</b>	<b>9.233</b>	<b>100</b>

<sup>57</sup> RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo entregou a administração da mesma no dia 28 de março de 1856. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u129/>. Acesso em: 14 dez. 2017.

<sup>58</sup> Para as autoridades, o termo “pardo” referia-se ao cativo miscigenado. Por outro lado, o termo “crioulo” referia-se aos negros cativos nascidos no Brasil.

Fonte: Mapa da população da Província do Espírito Santo, 1839. Tabela enviada pela Secretaria do Governo em 29 de abril de 1839. Assinado por Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira. ARQUIVO NACIONAL, microfilme 015\_000\_78, p. 48 *apud* LAGO, Rafaela Domingos. **Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013, p. 39.

Esse mapa populacional serve como ponto de partida para uma série de análises sobre a população cativa capixaba e itapemirinese. Em 1839, a cidade de Vitória, capital da província, possuía o maior número de cativos, 3.270 (35,4%), seguida por Itapemirim, que tinha exatamente metade da população cativa da capital, 1.635 (17,7%). Nesse ano, porém, a quantidade de escravizados africanos em cada uma das cidades e vilas capixabas representava 30,7% do total de cativos do Espírito Santo. Dentre os 2.834 cativos oriundos da África, 1.026 estavam em Itapemirim. Esse valor correspondia a 11,1% do total de cativos capixabas e 36,2% do total de africanos que residiam no Espírito Santo. Portanto, a Vila apresentava a maior quantidade de escravos africanos da província naquele período.

Ao se comparar dados da população cativa de Itapemirim com os anos de 1833 e 1872, percebe-se que os africanos predominaram na escravaria local na primeira metade do século e representaram um número significativo nos anos finais da escravidão. A Tabela 3 apresenta esses valores.

TABELA 4: Naturalidade da População de Cativos de Itapemirim-ES nos anos de 1833, 1839 e 1872

Anos	Pardos Cativos		Cativos Naturais do Brasil		Cativos Naturais da África		Total de Cativos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1833	60	3	526	32	1.046	65	1.596	100
1839	42	2,5	567	34,5	1.026	63	1.635	100
1872	865	30	1.497	52	511	18	2.873	100

Fonte: 1833: APEES, Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833, Fundo Governadoria, Livro 54; 1839: LAGO, Rafaela Domingos. **Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013, p. 39; 1872: Recenseamento Geral do Império de 1872.

Nos dois primeiros anos analisados, percebe-se que a população de africanos em Itapemirim era elevada: 65% dos escravizados, em 1833, e 63%, em 1839. Já em 1872, esse quantitativo diminuiu para 18%, dado explicado pelo fim do tráfico, em 1850. Ainda assim, a população parda era minoria, se comparada aos descritos como “pretos”. Em 1872, os pardos

cativos representavam 30% da população cativa, menos de 1/3 da mesma. A miscigenação era pequena, apesar de ter aumentado consideravelmente nos anos finais da escravidão.

Sem sombra de dúvidas, o alto número de escravizados na região de Itapemirim foi fundamental para a construção da região e, portanto, estudá-los mais a fundo é jogar uma luz em um grupo esquecido e estigmatizado pela historiografia tradicional. As pesquisas recentes sobre escravidão tiraram o escravo de uma posição inanimada, pois, em muitas ocasiões, esse agente era citado como mera mercadoria, sem voz, que vivia à mercê do senhor e agia a partir de “instintos primitivos”. Nesse sentido, essas pesquisas atuais passaram a destacar as contribuições dos escravizados para a sociedade e a analisar as relações cotidianas construídas por esses agentes.

Assim, este artigo pretende analisar um desses aspectos singulares dos cativos de Itapemirim: as relações de trabalho. É sabido que, aqueles que vinham para o Brasil para serem escravizados ou que nasciam na condição de cativos eram forçados a realizarem trabalhos aos seus senhores. Porém, em muitos documentos, percebe-se que alguns escravos tinham profissões específicas e eram especialistas em determinadas funções. Nesse sentido, pretende-se observar e analisar essas profissões neste artigo. Para isso, serão utilizadas as seguintes documentações: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833, inventários *post-mortem* e testamentos produzidos entre os anos de 1836 e 1888 e registros de batismos de escravos da Paróquia Nossa Senhora do Amparo escritos entre os anos de 1882 e 1888.

### **As profissões dos cativos de Itapemirim**

É de entendimento de todos que, os milhares de homens e mulheres que desembarcaram no Brasil, desde o século XVI até o XIX, para serem escravizados construíram o país que existe hoje. A mão de obra escrava, base da economia colonial e imperial, alicerçava a economia e a sociedade brasileira. Seja no trabalho nas lavouras de cana e café, nas minas de ouro ou nas cidades, como artesãos ou jornaleiros, aqueles que tinham a sua força de trabalho explorada sustentavam a economia. Porém, a temática do trabalho escravo pouco é vista nos trabalhos sobre a História do Trabalho.

Silvia Lara, em pesquisa produzida sobre o tema, afirma que as discussões sobre o trabalho escravo, que enfatizam a transição para o trabalho livre, encontram-se geralmente no

fim das produções sobre escravidão, quando se trata de abolicionismo, ou nos capítulos introdutórios sobre a História dos trabalhadores livres<sup>59</sup>. A historiografia da “transição”, conforme a autora argumenta, propõe uma substituição do trabalho escravo para o livre e, assim, desaparece com o negro e o substitui pelo imigrante europeu. Ela discute também como a historiografia tradicional exclui os movimentos quilombolas e as insurreições escravas nas discussões da “luta pela liberdade” travada por trabalhadores ao longo da história<sup>60</sup>.

Além disso, Douglas Libby e Júnia Furtado também discutem a respeito da integração do trabalho escravo no campo da História do Trabalho. Para eles, é importante estabelecer uma integração entre o trabalho livre e escravo no mundo, já que as histórias dos escravos na América e dos trabalhadores livres do mundo estão “emaranhadas” por redes internacionais de comércio e por intercâmbios culturais que ocorreram ao longo da história<sup>61</sup>.

A comparação entre a sociedade escravista por excelência e a sociedade do trabalho livre. A comparação se justifica pelo fato de que o Brasil importou mais escravos e por um período maior que qualquer outro sistema escravista e que os escravos brasileiros foram utilizados em um grande leque de ocupações, em muitos casos especializadas, o fato de que inúmeros escravos no Brasil chegaram a ser mestres artesãos e que os escravos urbanos gozavam de uma autonomia considerável tanto em termos de seu ir e vir no cotidiano quanto em termos de negociação de trabalho significa que é possível desenvolver uma história ocupacional [...]<sup>62</sup>.

Enfim, ainda são poucos os trabalhos que falam sobre o tema e há escassez de produções historiográficas que insiram os cativos na História do Trabalho, o que demonstra que “há um hiato, quase um abismo”<sup>63</sup> entre o trabalho cativo e livre no Brasil. Este artigo pretende analisar as especializações dos escravos que vivam em Itapemirim, ainda que não consiga aprofundar algumas questões. Através de uma análise de documentos que apresentam as profissões dos cativos, pretende-se entender quais as funções dos homens e das mulheres escravizados na região.

Como em muitas outras vilas brasileiras, Itapemirim utilizava a mão de obra cativa em obras públicas, como na construção de ruas, igrejas e casas. A construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo e da Casa da Câmara Municipal empregou essa força de trabalho,

<sup>59</sup> LARA, Sílvia H. Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 16, fev. 1998, p. 27.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>61</sup> LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). **Trabalho livre, trabalho escravo**: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006, p. 12.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p. 12-13.

<sup>63</sup> LARA, Sílvia H. *Op. cit.*, p. 27.

que era, muitas vezes, cedida pelos próprios proprietários dos escravizados, como se verifica no caso de D. Antônia Francisca da Silva, dona de terras em Candéus e no Rio Muqui<sup>64</sup>. Essa senhora determinou em seu testamento, datado de 1850, que seu escravo Gabriel trabalhasse na construção da Igreja Matriz e, depois disso, fosse libertado. Também há casos de escravos que desempenhavam serviços da confiança de seu senhor, como Bernardo, cativo e gerente da casa de comércio do português José do Amaral, localizada na Rua Municipal da Vila<sup>65</sup>.

Esses registros dão uma ideia da dimensão das atribuições do trabalho escravo. Alguns documentos trazem a profissão dos cativos e, nesse sentido, são ferramentas para entender as especialidades dos trabalhadores cativos de Itapemirim. A tabela a seguir traz um comparativo entre os documentos analisados. O primeiro documento é a Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim de 1833<sup>66</sup>, que apresenta todos os moradores da Vila, livres ou escravos, e suas profissões, entre outras informações. Outro conjunto de documentos que traz as profissões dos cativos é formado pelos inventários *post mortem* e testamentos<sup>67</sup>. Esses documentos apresentam muitos detalhes da vida dos escravos, entre eles os valores dos mesmos e, assim, pode-se realizar a relação entre as profissões e os valores dos cativos. Por fim, o Livro de Batismo de escravos, que compreende o período entre 1882 e 1888<sup>68</sup>, traz a profissão de alguns genitores dos infantes batizados nesse período.

TABELA 5: Profissão dos Cativos em Itapemirim (1833-1888) <sup>69</sup>

Profissão	Lista Nominal de 1833	Inventários e Testamentos (1836-1888)	Livro de Batismo (1882-1888)
Roça	1.482	106	75
Carpinteiro	39	11	1
Negócio	12	-	-
Ferreiro	7	2	-
Pedreiro	7	3	1
Caxeiro	6	-	-

<sup>64</sup> Afluentes do Rio Itapemirim.

<sup>65</sup> MORENO, Luciano. *Op. cit.*, p. 60-61.

<sup>66</sup> Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

<sup>67</sup> Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim. Série Vara de Famílias. 15 caixas.

<sup>68</sup> PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. Livro de Batismo de Escravos 3. Itapemirim, 1882-1888.

<sup>69</sup> É importante mencionar que, por este artigo transitar por um tema pouco explorado, é difícil esclarecer todas as informações sobre as profissões que aparecem nos documentos. O que se pode observar é que havia muitas nuances na sociedade escravocrata brasileira, muitas delas ainda não exploradas na bibliografia especializada.

Serrador	6	2	-
Marinheiro	4	1	-
Oleiro	4	3	-
Criado/ Pagem	4	1	-
Alfaiate	3	3	-
Lambiqueiro	3	1	-
Capoteiro	3	1	-
Caldeiro/ Tanoeiro/ Oficial de Caboqueiro	2	3	-
Barbeiro	2	-	-
Mestre de Açúcar	2	-	-
Militar	1	-	-
Caldeiro	1	2	-
Resteiro	1	-	-
Costureira	1	1	-
Tanoeiro	1	-	-
Mestre de Embarcação	1	-	-
Oleiro/ Mestre de Açúcar	-	2	-
Oleiro/ Lambiqueiro	-	1	-
Carreiro/ Oleiro	-	1	-
Mestre da Açúcar/ Falqueador	-	1	-
Mestre de Açúcar/ Maduro e Pagem	-	1	-
Serrador/ Caldeiro	-	1	-
Carreiro/Serrador/Caldeiro	-	1	-
Aprendiz de Ferreiro	-	1	-
Cafeeiro	-	1	-
Caldeiro/Carreiro	-	1	-
Caldeiro/Serrado	-	1	-
Carreiro	-	4	-
Carreiro/Falqueador	-	1	-
Costureira/Rendeira	-	1	-
Cozinheira	-	1	5
Criada	-	1	-
Criada e Mucama	-	1	-
Mucama	-	5	6
Mucama/ Costureira/ Cozinheira	-	2	-
Mucama/Doceira	-	1	-
Mucama/Costureira	-	1	-
Serviço de Roça/Mucama	-	1	-
Serviço Doméstico	-	4	13
Curraleiro	-	1	-
Falqueador	-	3	-



Falqueador/Carreiro/Caldeiro	-	1	-
Jornaleiro	-	1	-
Feitor	-	2	-
Machadeiro	-	1	-
Oficial de Marceneiro	-	1	-
Pagem/Cafeeiro	-	1	-
Serviço de Enxada e Foice	-	1	-
Sem Profissão/ Identificação/ Ilegível	3	905	188
Total de Profissões	1.593	188	101
Total	1.596	1.093	289

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833; APEES, Inventários *post-mortem* e Testamentos de Itapemirim, Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim, Série Vara de Famílias, 15 Caixas; Livro de Batismo de Escravos 3.

A maioria dos registros de profissões aparece na Lista Nominal de 1833. Nesse documento, todos os moradores da Vila, até mesmo as crianças, eram classificadas com alguma profissão. Em contrapartida, tanto inventários e testamentos quanto registros de batismos apresentam lacunas em relação a muitos dados do cotidiano dos cativos, dentre eles as profissões.

Por ser uma comunidade agrária, com uma economia baseada nas lavouras de cana-de-açúcar principalmente, a maioria dos escravos estava relacionada ao trabalho na roça. Mas também, percebe-se que algumas especializações associadas ao cultivo da cana-de-açúcar aparecem: lambiqueiro, mestre de açúcar e caldeiro. Também se encontram profissões relacionadas ao serviço com madeira, como carpinteiros, marceneiros, falqueador e serrador; serviços aquáticos, como marinheiros, mestre de embarcação e canoeiros; além de oleiros, pagens, barbeiros, ferreiros, cativos de negócios, dentre outras especializações.

Além disso, vale destacar as especializações femininas. A maioria delas foi classificada nos serviços de roça, porém muitas tinham funções específicas: costureiras, rendeiras, doceiras, mucamas e criadas. Nos registros de batismos analisados, a maioria das profissões que aparece era associada às mulheres. É sabido que, em muitos registros de batismos cativos, muitos padres não colocavam o nome do pai no registro se a relação entre os

progenitores não fosse sacramentada pela Igreja Católica<sup>70</sup>. Porém, em Itapemirim, alguns registros em que aparece o nome de ambos os pais apenas a profissão da mãe é citada.

Exemplo disso é o caso dos casais Generosa, roceira, e Leandro, sem informação de profissão; e Sara, também roceira, e Sabino, sem informação de profissão. Generosa e Leandro eram cativos de Magdalena Anna de Nascimento e batizaram Venceslau em 1884. Já Sara e Sabino eram cativos do capitão Heliodoro Gomes de Azambuja Meirelles e batizaram Michelina em 1885. Neste mesmo ano, outro casal que pertencia ao capitão Azambuja Meirelles batizou o infante Joaquim, mas, dessa vez, a profissão de ambos os pais aparecem: Elizaria, serviço doméstico, e Sizino, pedreiro. Ainda assim, a maioria dos registros com as especializações refere-se apenas às mães, como Justina, mucama, mãe de Suival, batizado em 1885. Ambos, Justina e Suival, pertenciam ao tenente coronel Archanjo José de Souza.

Também se percebe na tabela que alguns cativos tinham mais de uma especialização: oleiro/mestre de açúcar, mestre de açúcar/falqueador, mestre de açúcar/maturo/pagem, serrador/caldeiro, carreiro/serrador/caldeiro, mucama/costureira/cozinheira, mucama/costureira, mucama/doceira, serviço de roça/mucama, dentre outras. Esses escravizados desempenhavam mais de uma tarefa no sistema produtivo dessa sociedade escravocrata.

A especialidade do cativo também está ligada ao valor que o mesmo tinha nas relações de compra e venda. Os inventários *post mortem* e os testamentos trazem essa informação, uma vez que o escravo, sendo um bem, era avaliado na execução do inventário de seu dono falecido. Em Itapemirim, o preço máximo que um cativo alcançou em um inventário foi a “bagatela” de 1:800\$000 (um conto e oitocentos mil réis), valor superior a muitos lotes de terras encontrados nos mesmos documentos. Nem sempre os documentos enunciam a profissão do cativo ou outras informações importantes, ausência comum em muitos documentos, infelizmente. Mas, em alguns casos, consegue-se realizar tal observação.

Em Itapemirim, aparecem nove cativos que valem 1:800\$000, sendo que quatro não apresentam profissão e em um registro essa informação está ilegível. Os outros quatro são cativos da mesma senhora, Maria Joaquina da Silva Gomes, que teve seu inventário aberto em

---

<sup>70</sup> SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil Sudeste, século XIX). Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 110.

1858. Seus cativos valiosos eram: Domingos, 26 anos, alfaiate; Theobaldo, 32 anos, serviço de roça; Sebastião, 16 anos, ferreiro; e Deolinda, 24 anos, costureira.

Como se percebe, a maioria das especializações citadas na tabela, assim como os cativos com maior valor, eram aqueles que tinham trabalhos relacionados aos serviços de uma vila agrária. As atividades urbanas eram poucas e os artesãos eram aqueles que supriam as demandas de uma comunidade do interior. É certo que, até aqueles que tiveram suas especializações esquecidas nos documentos ou que foram genericamente classificados como “trabalhadores de roça” contribuíram para a construção da Vila de Itapemirim e para o aumento das riquezas de seus senhores.

### **Considerações Finais**

Como se pode notar, são raras as produções que relacionam o trabalho escravo ao campo de estudo da História do Trabalho. Porém, é importante ressaltar que, durante quatro séculos, a história brasileira foi marcada pelo trabalho dos cativos, sendo esses agentes os que construíram e sustentaram a colônia e o império brasileiro. Mesmo em uma província com pouca expressividade como o Espírito Santo, o trabalho escravo era a base das atividades econômicas. Mesmo nas pequenas propriedades produtoras de alimentos, assim como nas atividades urbanas desenvolvidas no centro de Vitória, empregava-se a mão de obra escravizada.

O estabelecimento das grandes lavouras ao longo do século XIX consolidou a escravidão na província capixaba, principalmente na região sul, em Itapemirim. Como foi apresentado, as fazendas que cultivavam cana-de-açúcar e café tinham elevado número de cativos e, por muitos anos, a população escravizada era superior à livre. Esses cativos, muitos deles africanos, desempenhavam todo o tipo de função nas fazendas e nas áreas urbanas da Vila.

Assim, analisar as especializações dos trabalhos dos cativos de Itapemirim é revelar as peculiaridades relacionadas ao trabalho escravo. É importante revelar os detalhes envoltos na coisificação da escravidão, pois, muito mais que uma mercadoria com valor, comprada e vendida, o escravo era um ser humano e, como tal, desenvolveu relações familiares, sociais, amigáveis e, até mesmo, de trabalho com outros cativos, com seus senhores e com a comunidade na qual estavam inseridos.

Segundo Florentino e Góes, novas fontes passaram a ser utilizadas a partir da década de 1970 pelos historiadores brasileiros em que se pode observar que os cativos eram capazes de “criar e viver sob normas intrínsecas ao humano [...] e a escravidão e o parentesco não são experiências excludentes; o cativo não abortou a família escrava”<sup>71</sup>. Enfim, o presente artigo é uma tentativa de dar visibilidade ao trabalho cativo realizado em Itapemirim, revelando, ainda que de maneira simplória, as especialidades dos escravizados no campo do trabalho.

## Referências bibliográficas

### Fontes primárias

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim. Série Vara de Famílias. 15 caixas.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. Livro de Batismo de Escravos 3. Itapemirim, 1882-1888.

### Fontes Oficiais

APEES. Vitória. Relatório com que o Exm. Sr. D. Antônio Pereira Pinto entregou a presidência da Província do Espírito Santo ao Exm. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da mesma, 1849, p. 10. Disponível em <http://www.ape.es.gov.br>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

BRASIL, Diretoria Geral de Estatística. **Relatórios e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império em 31 de dezembro de 1876**. Rio de Janeiro, Typ. Hyppolito José Pinto, 1877. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49656.pdf>.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1833-1888). **Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo**. Disponível em [http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo)

Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Comercial, 1876, 12 volumes. Disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza\\_colecao\\_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20do%20Brasil&link=Império%20do%20Brasil#](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20do%20Brasil&link=Império%20do%20Brasil#).

<sup>71</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz nas senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico (Rio de Janeiro c. 1790-c. 1850). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 1.

## Teses, artigos e livros

ALMADA, Vilma P. F. **Escravidão e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo: Do engenho colonial ao contexto fabril – portuário**. Vitória: Multiplicidade, 2006.

CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão, reprodução endógena e creolização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96.

CAMPOS, Adriana P. e MERLO, Patrícia M. S. Sob as bençãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira. **Topoi**, v. 6, n. 11, 2005, p. 327-361.;

CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão e Creolização: A Capitania do Espírito Santo, 1790-1815. In: FRAGOSO, João ... [et al.], organizadores. **Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p.571-607.

CARVALHO, Enaile Flauzina. **Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CARVALHO, Marcus J. M. de. A rápida viagem dos “Berçários Infernais” e os desembarques nos engenhos do litoral de Pernambuco depois de 1831. In.: OSÓRIO, H. e XAVIER, R. C. L. **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2018.

DAEMON, Basílio C. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico**, Rio de Janeiro c. 1790-c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LAGO, Rafaela Domingos. **Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

LARA, Silvia H. Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. São Paulo, 16, fev. 1998, p. 25-38.

LIBBY, Douglas Cole, FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX**. São Paulo: Annablume, 2006.

MARINS, Antônio. Itapemirim. In: **Minha Terra e Meu Município**. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920. p.199-231.

MERLO, Patrícia. M. S. **O Nó e o Ninho: Estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871**. Dissertação (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

- MORENO, Luciano. **Itapemirim: como tudo começou**. Serra-ES: Formar, 2016.
- OLIVEIRA, José Teixeira. **Historia do Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.
- PARRON, Tâmis Peixoto. **A Política da Escravidão no Império do Brasil (1831-1865)**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História. São Paulo, 2009, p. 134.
- PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). **XI Congresso Brasileiro de História Econômica**. Vitória: 14 a 16 de setembro de 2015. Disponível em [http://www.abphe.org.br/arquivos/2015\\_walter\\_luiz\\_carneiro\\_mattos\\_pereira\\_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850\\_1860.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850_1860.pdf).
- PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. **6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis:SC, 15-18 de Maio de 2013. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/walterpereira.pdf>
- QUINTÃO, Leandro do Carmo. **A Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e a Interiorização da Capital**. Vitória: Secult, 2010.
- RIBEIRO, Geisa Lourenço. **Enlaces e Desenlaces: Família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.
- ROCHA, Haroldo Correa; COSSETTI, Maria da Penha. **Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930**. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.
- ROCHA, L. **Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo**. Brasília: EBRASA, 1971.
- SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. In: **Dimensões: Revista de História da Ufes**. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 301-306.
- SANTOS, Estilague Ferreira. O Território do Espírito Santo no Fim da Era Colonial. In: BITTENCOURT, Gabriel. (org.). **Espírito Santo: um painel da nossa história**. Vitória: Secult, 2002.
- SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.
- VASCONCELLOS, Ignácio Accioli. **Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.